



revista
CIDADES

volume 12 | número 21 | 2015

URBANIZAÇÃO DIFUSA

ISSN 1679-3625 (impressa) - ISSN 2448-1092 (online)

SUMÁRIO

PALAVRAS DO EDITOR.....	1
<i>Silvana Maria Pintaudi</i>	
DOSSIÊ: URBANIZAÇÃO DIFUSA E CIDADE DISPERSA	
APRESENTAÇÃO.....	2
<i>Maria Encarnação Beltrão Spósito</i>	
CONTRAURBANIZAÇÃO, PERIURBANIZAÇÃO, CIDADE DISPERSA E REDE DE CIDADES NA ITÁLIA	14
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy <i>GIUSEPPE DEMATTEIS</i>	
CONTRO-URBANIZZAZIONE, PERIURBANIZZAZIONE, CITTA' DISPERSA E RETI DI CITTA' IN ITALIA.....	35
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy <i>GIUSEPPE DEMATTEIS</i>	
MANIFESTACIONES DE LA DISPERSIÓN URBANA EN EL ENTORNO DE LAS CIUDADES MEDIAS: RESPUESTAS CONVERGENTES EN CONTEXTOS DIFERENTES.....	55
Manifestations of the urban dispersion in the environment of the medium sized cities. Con- vergent answers in different contexts <i>FRANCISCO CEBRIÁN ABELLÁN</i>	
DISPERSÃO URBANA E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA.....	91
Urban dispersion and capitalist modernization <i>NESTOR GOULART REIS</i>	
FORMA E EXPANSÃO URBANAS NO BRASIL: FATOS E HIPÓTESES. PRIMEIROS RE- SULTADOS DO BANCO DE DADOS BRASIPOLIS.....	108
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database <i>CATHY CHATEL E MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO</i>	
FORME ET ETALEMENT URBAIN AU BRESIL: FAITS ET HYPOTHESES PREMIERS ENSEIGNEMENTS DE LA BASE DE DONNEES BRASIPOLIS.....	153
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database <i>CATHY CHATEL E MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO</i>	
A DISPERSÃO URBANA É MESMO “URBANA”? DINÂMICAS ESPACIAIS E VALORES ANTROPOLÓGICOS NA FRANÇA.....	197
L'étalement urbain est-il vraiment “urbain”? Dynamiques spatiales et valeurs anthropologiques en France <i>François Moriconi-Ebrard</i>	

L'ETALEMENT URBAIN EST-IL VRAIMENT « URBAIN » ? DYNAMIQUES SPATIALES ET VALEURS ANTHROPOLOGIQUES EN FRANCE.....	225
A dispersão urbana é mesmo “urbana”? Dinâmicas espaciais e valores antropológicos na França	
<i>François Moriconi-Ebrard</i>	
DISPERSÃO URBANA: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE.....	250
Dispersion urbaine: notes pour un débat	
<i>IGOR CATALÃO</i>	
CIDADES EXCÊNTRICAS OU NOVAS PERIFÉRIAS?.....	278
Eccentric cities or new peripheries?	
<i>ESTER LIMONAD E HELOISA SOARES DE MOURA COSTA</i>	
CIDADES E CENTRALIDADES NA AMAZÔNIA: DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA.....	305
Cities and urban centralities in the amazon region: from the different territorial arrangements to the diffuse urbanization process	
<i>SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR</i>	
NA BUSCA DE SIMILITUDES... A DIVERSIDADE NA URBANIZAÇÃO E NA DISPERSÃO URBANA SURGE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÓS-1990.....	335
In seeking for similitudes... The diversity in urbanization and in urban dispersion arises in the state of Rio de Janeiro in post-1990	
<i>MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA E TATIANA DE SOUZA GASPAR</i>	
ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE DISPERSÃO URBANA NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE.....	359
The origins and evolution of urban sprawl process in the vale do paraíba fluminense (Rio de Janeiro-Brazil)	
<i>JÚLIO BENTES</i>	
TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ÁREA METROPOLITANA DE FORTALEZA – A EXPANSÃO NO EIXO SUDESTE.....	400
Recent changes in metropolitan area of Fortaleza-Ce, Brasil – expansion in southeast axis	
<i>BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES</i>	
FORA DO DOSSIÊ	
O MUNDIAL E O PLANETÁRIO.....	441
<i>HENRI LEFEBVRE</i>	

A DISPERSÃO URBANA É MESMO “URBANA”? DINÂMICAS ESPACIAIS E VALORES ANTROPOLÓGICOS NA FRANÇA¹

FRANÇOIS MORICONI-EBRARD

Centre National de la Recherche Scientifique / Professor convidado na
Universidade Estadual Paulista
Presidente Prudente/SP, Brasil
fme@i-geopolis.org

RESUMO

A dispersão urbana é um tema que preocupa uma parte considerável dos pesquisadores e atores da vida política numa perspectiva tanto ecológica (artificialização dos solos, aumento da mobilidade) quanto socioespacial (segregação, governança). O autor tenta datar e medir empiricamente a amplitude demográfica e espacial desse fenômeno da França de 1800 a 2010. A aplicação de uma metodologia o conduz necessariamente a decompor as categorias de lugar do modo mais preciso possível: urbano/rural, dispersão/emergência de cidades, espraiamento/evolução. Essa perspectiva conduz a uma questão de fundo: *étalement* (francês), *sprawl* (inglês), *dispersión* (espanhol), dispersão (português) e mesmo *urbano*: as palavras que utilizamos são adequadas aos fenômenos que descrevemos? Passando a um registro de interpretação antropológica, o autor chega à questão: em alguns casos, a dispersão atual da população não assinala um questionamento profundo da *urbanidade*?

PALAVRAS-CHAVE: Dispersão urbana. Suburbanização. Urbanização. Urbanidade. França. Dinâmica da população.

L'ETALEMENT URBAIN EST-IL VRAIMENT « URBAIN » ?

DYNAMIQUES SPATIALES ET VALEURS ANTHROPOLOGIQUES EN FRANCE

RÉSUMÉ

L'étalement urbain est un thème qui préoccupe une part considérable des chercheurs et des acteurs de la vie politique, dans une perspective tantôt

¹ Traduzido do francês por Igor Catalão.

écologique (artificialisation des sols, augmentation de la mobilité), tantôt socio-spatiale (ségrégation, gouvernance). L'auteur tente de dater et de mesurer empiriquement l'ampleur démographique et spatiale de ce phénomène en France de 1800 à 2010. La mise en place d'une méthodologie le conduit nécessairement à décomposer les catégories de lieux le plus précisément possible : urbain/rural, étalement/émergence de villes, dispersion/évasion. Cette démarche conduit à poser une question de fond. *Etalement*, *sprawl* (anglais), *dispersión* (espagnol), *dispersão* (portugais) et même *urbain* : les mots que nous utilisons sont-ils appropriés aux phénomènes que nous décrivons ? Passant à un registre d'interprétation anthropologique, l'auteur en vient à poser la question : dans certains cas, l'éparpillement actuel de la population ne signe-t-il pas une remise en cause profonde de l'*urbanité* ?

MOTS-CLEFS: Etalement urbain. Périurbanisation. Urbanisation. Urbanité. France. Dynamiques du peuplement.

IS THE URBAN SPRAWL REALLY “URBAN” ? AN ANTHROPOLOGICAL INTERPRETATION OF RECENT POPULATION DYNAMICS IN FRANCE

ABSTRACT

Urban sprawl is an issue that concerns a large part of researchers and actors from politics, sometimes in an ecological perspective (artificialisation of soil, increasing mobility), sometimes in a socio-spatial sens (segregation, governance). The author attempts to date and empirically measure the demographic and spatial extent of this phenomenon in France from 1800 to 2010. The implementation of the methodology necessarily lead him to break down categories of locations as precisely as possible: urban vs rural, urban sprawl vs emergence of cities, dispersion vs evasion. This approach leads to ask a fundamental question. *Etalement* (french), *sprawl* (english), *dispersion* (spanish), *dispersão* (portuguese) and even *urban* : are the words we use appropriate to the phenomena we aim to describe? Turning to

an anthropological interpretation, the author comes to the last question: in some cases, is the current socio-spatial fragmentation of the population not putting in doubt the concept of *urbanity*?

KEYWORDS: Urban Sprawl. Suburbanization. Urbanization. Urbanity. France. Population dynamics.

INTRODUÇÃO

Em 2006, pela primeira vez na sua história, o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE) francês reconheceu oficialmente que a população urbana crescia menos rapidamente que a população rural. O estudo precisa:

[...] desde 1999, o crescimento foi mais forte nas comunas rurais que naquelas situadas em unidades urbanas (+ 1,1% por ano desde 1999 contra + 0,7%) (quadro 2); a relação inverteu-se então com respeito ao período 1990-1999 (+ 0,5% para as comunas rurais, + 0,6% para as comunas das unidades urbanas) (INSEE, 2006, p. 5).

Essa tendência deveria manifestar-se por uma estagnação ou mesmo um declínio da *taxa de urbanização*. Entretanto, várias nuances devem ser apresentadas.

- a) Primeiramente, como seu nome indica, uma “taxa” é um valor relativo. Expressa em porcentagem, o declínio não implica basicamente uma queda da população urbana em seu valor *absoluto*. Isso significa que o crescimento da população urbana na França é “menos positivo” que o resto, mas não necessariamente “negativo”.
- b) Em segundo lugar, o fato de que o crescimento demográfico das aglomerações se reduza não implica, de modo algum, um arrefecimento da dispersão urbana das áreas construídas. Mesmo as *shrinking cities* continuam a ocupar mais espaço (CHATEL, 2012).

Ademais, a redução do crescimento urbano não implica no declínio – relativo ou absoluto – de todas as aglomerações, pois depende localmente de diversas escalas da organização espacial, especialmente: dinâmicas demográficas nacionais não raro negativas, como na Europa do Leste, ou de condições econômicas regionais que opõem lugares em crise a polos mais dinâmicos. Enfim, à escala de certas aglomerações, observa-se uma retomada do crescimento do centro (gentrificação) enquanto certas periferias apresentam um declínio importante (MORICONI-EBRARD, 2001).

Deixando esses dois aspectos de lado, este artigo propõe datar e medir o mais precisamente possível a inversão de situação assinalada pelo *INSEE Première*. Isso conduz necessariamente a indicar as categorias estatísticas ou espaciais utilizadas em função do nível de estruturas diferentes e, por conseguinte, nomeá-las de modo adequado.

A primeira parte destina-se a separar essas noções, operação imposta pela simples lógica de emprego de um método experimental de medida estatística: com certo tipo de dados, o que posso medir? Inversamente, se desejo medir tal fenômeno, de quais dados preciso? Assim, os resultados encaixam-se naturalmente numa lógica que rompe as contradições aparentes.

A partir desses resultados, a segunda parte propõe uma nomenclatura clara do vocabulário utilizado, acrescentando uma leitura crítica de oximoros como “periurbanização”.

Essa separação possibilita, na terceira parte, abordar, em forma de hipótese, uma questão preocupante: e se o movimento de realocização da população no espaço assinalasse uma verdadeira revolução nas dinâmicas seculares de povoamento?

SEPARAR AS NOÇÕES

Constatações E Contradições

Metodologia

Na leitura da revista do INSEE (2006), a primeira questão que se coloca é: o que se entende por “urbano”? Na França, o INSEE utiliza desde 1954 uma definição morfológica muito precisa: é legalmente “urbana” toda comuna pertencente a um aglomerado de mais de 2.000 habitantes. O “aglomerado” é definido por um conjunto construído contínuo e a “continuidade”, por uma distância máxima de 200m entre duas construções (INSEE).

As pontuações do INSEE (2006) significam, então, que as morfologias do aglomerado no sentido restrito se tornaram menos atrativas que o resto do habitat, ou seja: vilas, povoados e habitações isoladas. Em 2001, um estudo revelou que essa tendência se tem generalizado na Europa desde os anos 1970 nos países do Norte, estendendo-se, a partir dos anos 1980-1990, para os países mediterrâneos. Assim como a Suíça, a França é um dos países mais atingidos por essa inversão das dinâmicas espaciais do povoamento (mapas 1 e 2).

A base de dados *Geopolis* define os aglomerados seguindo exatamente o mesmo método que o INSEE. A única diferença é o limite mínimo de população, que é de 10.000 habitantes para o *Geopolis* e de somente 2.000 habitantes para o INSEE. Em revanche, como o INSEE só existe desde 1946, os dados urbanos são homogêneos apenas a partir de 1954. Contrariamente, *Geopolis* aplica a mesma definição retrospectivamente aos anos 1800².

Esta ferramenta possibilita verificar alguns dos apontamentos precedentes.

² A definição das “unidades urbanas” é aplicada pelo INSEE aos recenseamentos populacionais de 1954, 1962, 1968, 1975, 1982, 1990, 1999 e 2010. *Geopolis* acrescenta 25 recenseamentos realizados entre 1793 e 1946. Ver: www.i-geopolis.org.

Mapa 1: Europa Mediterrânea. Zonas de crescimento superiores à média nacional em 1950-1960.

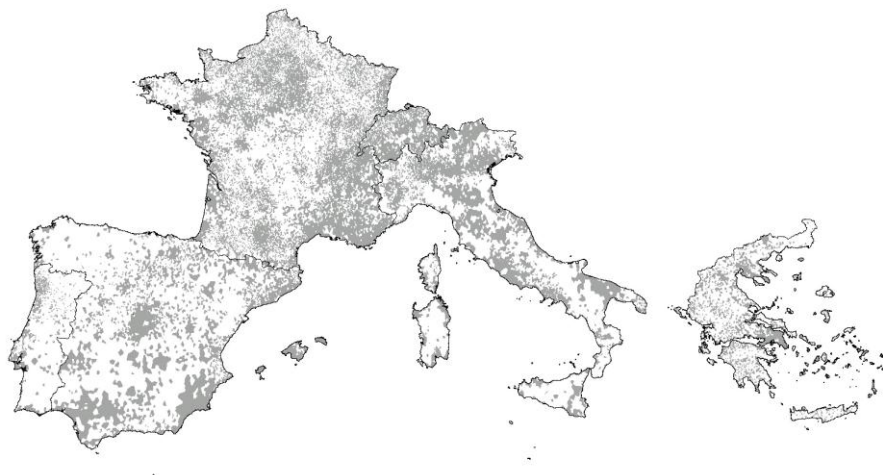
Europe Méditerranéenne : zones de croissance supérieure à la moyenne nationale 1950-1960



Sources : RGP nationaux, 1940-2000 ; Archives Terrae Statisticae, 2

Mapa 2: Europa Mediterrânea. Zonas de crescimento superiores à média nacional em 1990-2000.

Europe Méditerranéenne : zones de croissance supérieure à la moyenne nationale 1990-2000



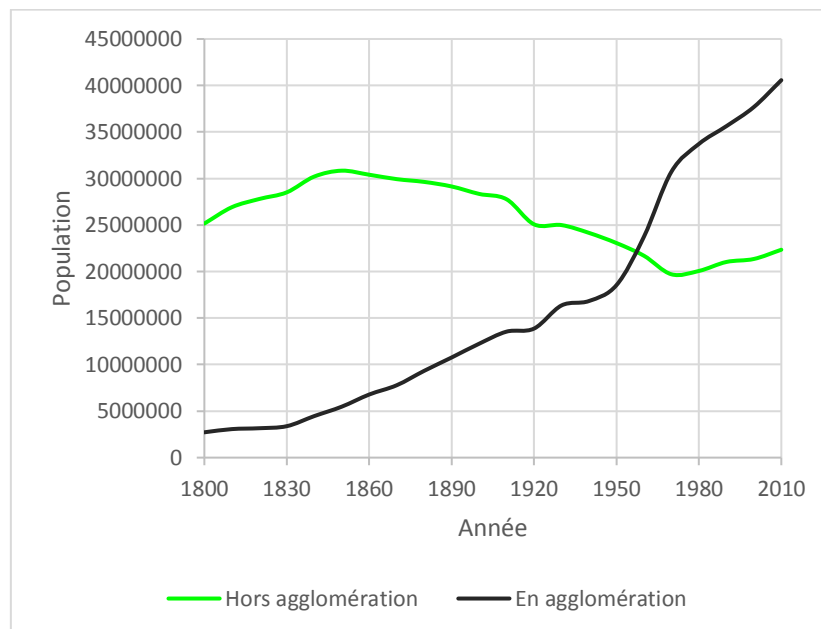
Sources : RGP nationaux, 1940-2000 ; Archives Terrae Statisticae, 2

Fonte : recensements généraux de la population nationaux 1940, 2000, Archives Terrae Statisticae (2001).

Aumento da população urbana...

A primeira medida consiste em separar, em cada ano, a porção da população que vive fora de um aglomerado daquela que vive dentro. O gráfico seguinte (Gráfico 1) mostra a inversão de tendência que ocorreu por volta de 1970 nas comunas situadas fora das aglomerações. Após 120 anos de redução contínua, ela havia atingido um nível de 19,7 milhões de habitantes. Desde então, a retomada é contínua e sua população atinge já 22,3 milhões de habitantes 40 anos mais tarde. Essa retomada, entretanto, não impede que a população urbana continue aumentando.

GRÁFICO 1: FRANÇA. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DENTRO E FORA DAS AGLOMERAÇÕES DE 1800 A 2010.

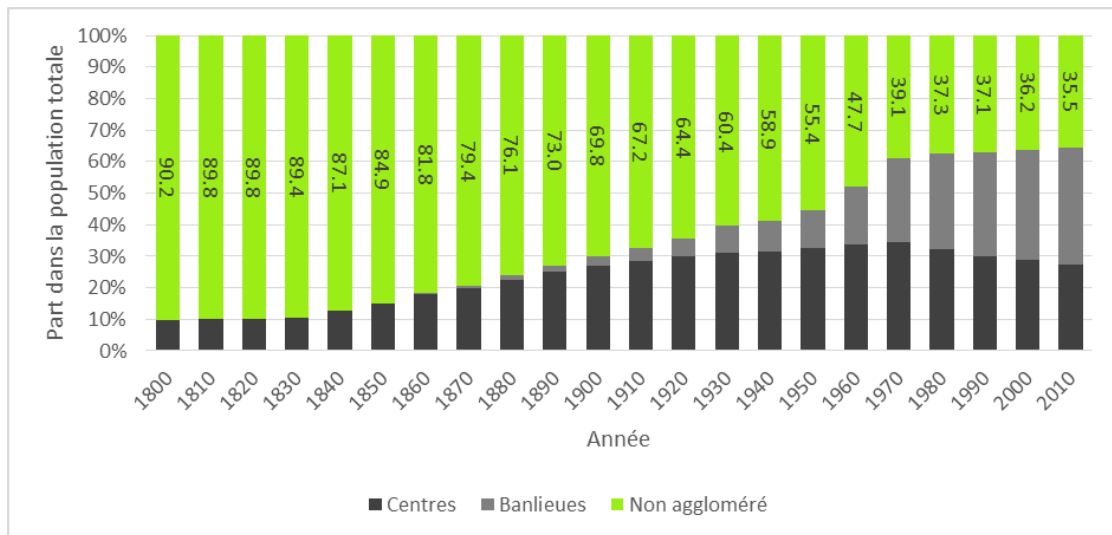


Fonte: Geopolis.

Aumento da taxa de urbanização

Continuando na mesma abordagem, pode-se, desta vez, distinguir duas categorias de população urbana: o centro (dito “cidade propriamente dita” ou ainda “comuna epônima”) e as “periferias” de cada aglomerado. Isso nos permitirá, posteriormente, abordar a questão da dispersão urbana. O Gráfico 2 possibilita verificar que, malgrado essa retomada, a porção de população vivendo *fora* de aglomerados continua a regredir. Dito de outro modo, a taxa de urbanização continuar a aumentar, passando de 63,8% a 64,5% entre 2000 e 2010, porém em benefício das periferias. Essa evolução permanece conforme o esquema clássico da transição urbana (Quadro 1, Gráfico 3).

Gráfico 2: França. Evolução relativa dos centros, periferias e populações não aglomeradas de 1800 a 2010.



Fonte: Geopolis.

QUADRO 1: A TRANSIÇÃO URBANA.**GRÁFICO 3: SIMULAÇÃO MATEMÁTICA**

O esquema da “transição urbana” é modelizado a seguir pelo mapa logístico, cuja relação de recorrência é:

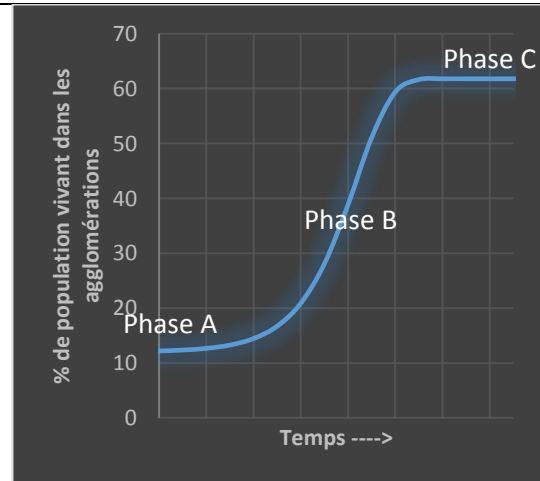
$$x_{n+1} = \mu x_n (1 - x_n), x_0 \in [0,1]$$

Distingue-se:

A fase A, no curso da qual a taxa de urbanização estagna num nível baixo (na França, ao redor de 10 a 12% até cerca de 1830)

A fase B, no curso da qual a taxa decola de maneira exponencial e depois logarítmica (1830 a 1970)

A fase C, no curso da qual a taxa se estabiliza em torno de um certo valor segundo os países



Simulação realizada com os valores :

- 1,99 para o parâmetro μ
- 0,12 para x_0 (12% de taxa de urbanização inicial)

EXPLICAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES: UM PROBLEMA DE VOCABULÁRIO

O INSEE revelou, em 2006, que a população das comunas situadas fora das aglomerações tem aumentado mais rapidamente que aquelas integrantes das aglomerações. Ora, acabamos de mostrar que isso não impede o aumento nem da população urbana, nem mesmo da taxa de urbanização. Como se pode explicar esses aparentes paradoxos?

Estoques demográficos desiguais e transferências de categoria

A primeira explicação é ainda puramente estatística. Com efeito, o raciocínio em porcentagem apresenta o inconveniente de esvaziar a questão dos estoques em valor absoluto. Assim, a população que vive fora das aglomerações francesas pode muito bem ser superior àquela das aglomerações, mas não representa mais que um terço aproximadamente da população nacional. Para que sua parte aumente no percentual líquido da população nacional, não basta que seu crescimento seja “levemente superior” (de 0,1% segundo o INSEE). No caso presente, sua taxa de crescimento deveria ser cerca de duas vezes superior àquela da população urbana para compensar a pouca representatividade na população nacional.

A segunda explicação remete-nos diretamente a problemáticas de escalas espaciais, levantando uma dupla questão:

a) a evolução da amostra de objetos espaciais cobertos pelas estatísticas, neste caso as aglomerações urbanas. Geralmente denominada “emergência” urbana pelos pesquisadores, este fenômeno leva a uma transferência de população rumo à categoria urbana no momento em que a aglomeração atinge o limite estatístico crítico (aqui 10.000 habitantes aglomerados). Esta ampliação da amostra contribui para aumentar a população urbana pela subtração da população não aglomerada. Isso explica, em parte, a contradição aparente que havíamos evidenciado;

b) a dispersão física das aglomerações. Ao se estender no espaço, as aglomerações existentes tendem a absorver habitações, aldeias e vilas preexistentes que são, como anteriormente, transferidos à categoria “urbana”.

Emergência: uma variação da amostra

Na França, no curso do período representado pelos gráficos precedentes, o número de aglomerações passou de 93 a 471. Entretanto, a questão metodológica coloca-se aqui novamente pois, entre 1800 e 2010, quais amostras se compararam?

Com efeito, ao longo do tempo, numerosas aglomerações desapareceram da amostra. Um primeiro grupo é aquele das aglomerações cuja população declinou e que saíram da amostra de 2010 porque somam menos de 10.000 habitantes: 17 estão nesse caso. Um segundo grupo é constituído de aglomerações que, em cada década, foram absorvidas por uma maior: 162 desapareceram da amostra. É, por exemplo, o caso de Versalhes, uma aglomeração em 1800, mas absorvida pela de Paris nos anos 1930. As aglomerações que já eram urbanas em 1810 e o são ainda em 2010 constituem o terceiro grupo.

Somente após ter eliminado os dois últimos grupos que obtivemos um indicador que descreve a “emergência” de novas cidades.

A formulação exata que responde a essa questão é: “entre as aglomerações urbanas existentes na data t , quais são as que não eram na data $t-1$ ”. Na França, a resposta é: 385 de 471 entre 1800 e 2010. As 86 aglomerações que já eram urbanas e permanecem dispersaram-se, porém, e ocupam mais espaço que em 1800.

Dispersão: uma variação espacial de objetos geográficos

Um aglomerado de população pode ser classificado em rural ou urbano em função de um limite mínimo populacional ou de certos critérios sociodemográficos ou socioeconômicos. Mesmo se as condições mudaram ao longo dos dois últimos séculos, é necessário conservar os mesmos óculos para observar o mundo, caso

contrário seria, na verdade, impossível saber se as evoluções observadas são aquelas do próprio mundo ou provêm simplesmente do fato de haveremos mudado os óculos para observá-lo. Conservemos, então, o mesmo critério usado anteriormente – mais de 10.000 habitantes aglomerados – para tentar, dessa vez, medir a dispersão urbana, definida estritamente como a extensão física das aglomerações urbanas entre um tempo t_1 e um tempo t_2 .

Para medir esta dispersão, conviria calcular a superfície de cada aglomerado em cada data. Infelizmente, essa documentação não existe à escala de um país e de dois séculos. Devemos, pois, nos contentarmos em abordar esse indicador de maneira rudimentar, cruzando as amostras dos aglomerados com o número de “comunas”. Na base de dados *Geopolis* tal como para o INSEE, as comunas são o “tijolo elementar” que possibilita subtrair a população dos aglomerados. Pode-se então contabilizar o número de novas comunas incluídas nas aglomerações em cada período. Anteriormente, havíamos tido o cuidado de harmonizar as mudanças observadas em cada recorte territorial das próprias comunas, de modo que estas últimas são os tijolos estáveis em seu território municipal de 2010.

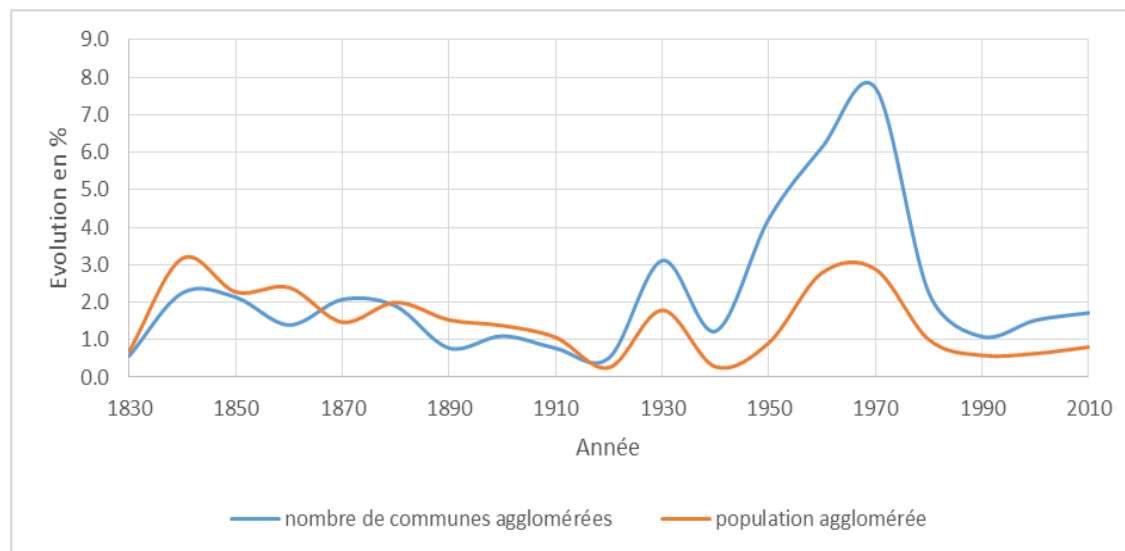
O resultado dessa medida dá uma ideia da amplitude da dispersão do tecido das construções fora da “cidade propriamente dita”. Um primeiro transbordamento apareceu pela primeira vez em 1830 e atingiu 90% das aglomerações francesas e 3.548 comunas em 2010.

O Gráfico 4 mostra também que a população aglomerada aumenta mais rapidamente que o número de comunas aglomeradas até a Primeira Guerra Mundial, à exceção do fim do Segundo Império (1860-1870), intenso período de produção urbanística, especialmente com a “hausmannização” da capital. Depois da Grande Guerra, o crescimento do número de novas comunas aglomeradas torna-se, em revanche, sistematicamente superior àquele de sua população, indicando então uma dispersão intensa.

Pode-se verificar esta hipótese pela densidade das aglomerações, mesmo se a superfície das comunas não corresponde realmente à área construída, mas às

superfícies ajustadas aos perímetros comunais³: a densidade das comunas aglomeradas atinge 1.508 habitantes/km² em 1930 e declina a 690 em 2010. Desde 1920, as superfícies das aglomerações têm crescido, então, mais rapidamente que a população urbanizada. Assim, pode-se falar em verdadeira “dispersão urbana”.

Gráfico 4: França. Comparação das evoluções da população e do número de comunas aglomeradas por década de 1830 a 2010.



Espraiamento: um crescimento fora das aglomerações

É possível agora contextualizar os apontamentos baseados na publicação do INSEE em 2016, substituindo-os em tendências históricas mais longas. O Gráfico 5 compara a evolução da população mediana e da população média das comunas francesas em 1800 a 2010, apresentando três grandes tendências:

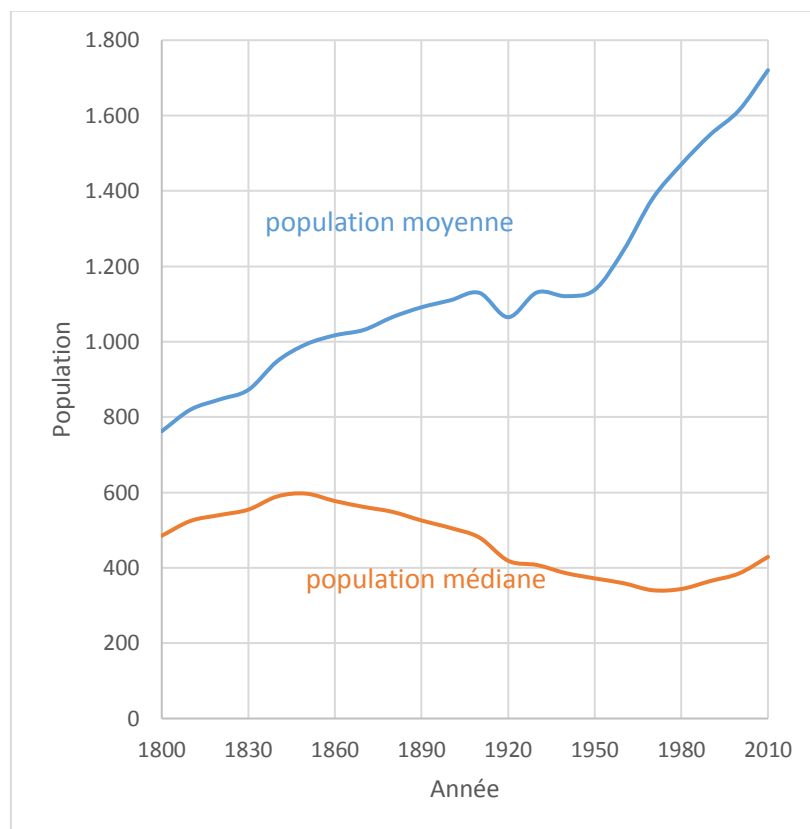
a) de 1800 a 1870, a mediana e a média aumentaram conjuntamente, o que significa que o conjunto do território estava em crescimento demográfico;

³ O território de uma comuna é raramente urbanizado em sua totalidade. Em 2010, único ano em que a extensão real das áreas construídas foi cartografada em *Geopolis*, essas últimas cobriam 18.822 km² de 58.993 km² de superfície total das comunas incluídas em aglomerações. O INSEE, por sua vez, nunca publica esses dados.

- b) a partir de 1850, as duas curvas divergiram, porque a mediana declinou continuamente durante 120 anos, passando em valor de 600 a 340 habitantes em 1970. Como o imenso contingente de comunas está situado fora das aglomerações, isso indica que os campos não cessam de despovoar-se em proveito das comunas, mais povoadas e mais raras, ou seja, as cidades;
- c) a partir de 1970, a mediana ascende novamente, atingindo 429 habitantes em 2010 e 450 habitantes em 2013.

O ano 1970 demarca uma revolução histórica que inverte um declínio em curso há 120 anos. Pode-se afinar esta análise retendo apenas as comunas situadas fora das aglomerações.

GRÁFICO 5: FRANÇA. EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES MEDIANA E MÉDIA DAS COMUNAS FRANCESAS DE 1800 A 2010.



Fonte: Geopolis.

A Tabela 1 esclarece um pouco essa inversão histórica ao reter apenas as comunas não aglomeradas e desvela o aspecto mais espetacular: as superfícies dos territórios comunais em questão. Partindo das cifras demográficas, mexemos em casas decimais de percentagem de crescimento e em comunas cujo efetivo de população é muito pequeno: ascendendo de 340 a 429 habitantes entre 1970 e 2010, a mediana aumentou apenas 89 habitantes! A situação difere quando nos interessamos às superfícies: 13% somente das comunas fora de aglomeração tinham um crescimento demográfico superior à média nacional entre 1960 e 1970, contra 58% nos anos 2000. Em 2010, a retomada correspondeu a 268.142km², ou seja, uma parte 4,3 vezes mais importante do território francês que nos anos 1960.

Tabela 1: França. A reconquista do território francês. 1960-2010.

PERÍ- ODO	COMUNAS FORA DE AGLO- MERAÇÃO			SUPERFÍCIE EM KM ²		
	Total	Crescimento supe- rior à média nacio- nal		Total	Crescimento supe- rior à média nacio- nal	
		Nombre	%		Superfi- cie	%
1960- 1970	34.214	4.449	13%	508.922	62.649	12%
2000- 2010	32.521	18.730	58%	485.038	268.142	55%

Fonte: Geopolis.

Basta dizer que estamos diante de um verdadeiro maremoto que se traduz por uma revolução em inumeráveis registros da economia, da sociedade e da vida política: preço fundiário, mobilidade, consumo de energia, tempo passado nos

transportes, modos de vida, de sociabilidade etc. e transformação do mapa eleitoral em proveito da extrema direita⁴.

Como qualificar esta dinâmica espacial do povoamento?

A medida estatística serve frequentemente de contraponto aos discursos; as cifras servem para dotar esses últimos de uma certa dignidade científica. Ora, não é tão fácil passar de uma afirmação a outra: por exemplo, mostramos que o fato de que a população das comunas situadas fora de aglomeração aumente mais rapidamente que aquelas das aglomerações não impede o aumento nem da população urbana, nem da taxa de urbanização. A dispersão urbana no sentido restrito é um fenômeno difícil de perceber no tempo e no espaço. Seu estudo resiste a medidas estatísticas “simples”, pois requer a tomada de precauções metodológicas indispensáveis a toda abordagem científica. No caso contrário, devido a mudanças sucessivas de sentido, o fato de empregar uma expressão em detrimento de outra leva a um discurso incoerente. É então essa abordagem experimental e quantitativa que nos conduz a nos interessarmos pelo vocabulário.

OXIMOROS E VIDRAÇAS INTELECTUAIS

Com *La politique de l'oxymore* [A política do oximoro], o filósofo Bertrand Méheux assinava, em 2009, um ensaio que nos mostra como as palavras e algumas de suas associações nos impedem de pensar certas realidades. Quando o vocabulário pertence a instituições bem identificadas – Estado, publicidade, partido político, organismos internacionais –, é certamente mais fácil decodificar as estratégias de manipulação de opinião. Contudo, numerosas expressões são tão frequentemente marteladas que elas acabam por integrar o vocabulário corrente ao

⁴ O mapa eleitoral detalhado por comuna está disponível em vários sites da internet. Ver por exemplo: http://www.francetvinfo.fr/elections/regionales/carte-regionales-queles-sont-les-communes-qui-ont-le-plus-vote-front-national_1210491.html.

ponto de, com o passar do tempo, acabarmos por esquecer sua origem. Os oximoros erguem ao nosso redor um tipo de vidraça intelectual que vem, em vão, barrar nosso pensamento, tal qual uma mosca que se debate contra um vidro.

A obscura clareza da palavra “periurbanização”

Identificada a partir dos anos 1930 nos Estados Unidos, a redistribuição da população para fora das aglomerações foi denominado “counterurbanization” [contraurbanização], brincando com a ambiguidade do prefixo “counter”, que podia significar tanto “contra” – evocando uma desurbanização – quanto “country” – aludindo ao “campo”.

Na França, este fenômeno foi batizado “periurbanização”, isto é, *ao redor do urbano*. Em 1999, o INSEE superpõe à antiga definição morfológica um novo zoneamento estatístico, a “área urbana”. Partindo das aglomerações (*unidades urbanas*), a área urbana agrega as coroas não aglomeradas nas quais 40% da mão de obra ativa trabalham na aglomeração. A tendência de incluir na categoria “urbana” formas de povoamento não aglomeradas lança uma confusão total no vocabulário.

O artigo “periurbanização” da enciclopédia colaborativa *Wikipédia* fornece um bom exemplo disso. O princípio colaborativo desta fonte popular confunde perfeitamente, de fato, o ponto de vista anônimo, atual e geral ao se fundar em citações de especialistas reconhecidos na questão. É, portanto, um dos documentos mais representativos de “tudo que devemos saber sobre” o tema. Um simples trecho de duas linhas resume sozinho a derrapagem das noções: “Em torno de 50% dos urbanos estão concentrados em zonas periurbanas, contribuindo com a artificialização dos solos” (citação de 18/08/2016).

Em uma só frase, pode-se levantar aqui ao menos quatro absurdos:

- a) “Urbanos [...] em zonas *periurbanas*”.

Por qual prodígio geométrico podemos estar, simultaneamente, *ao redor e dentro* de algo? A obscura clareza dessa formulação implica em que os periurbanos são urbanos ao mesmo tempo que não são urbanos.

b) “Concentrados em zonas periurbanas”.

O movimento de periurbanização é descrito como um arrefecimento da população urbana: somos, pois, obrigados a constatar que ele é centrífugo. Ora, por qual milagre da geometria pode-se chegar a uma *concentração*, resultado de um movimento centrífugo por definição?

c) “Concentrados”.

No registro antropológico, assim como *dispersão* opõe-se a *evasão*, *concentração* opõe-se a *aglomeração*. A *concentração* é um movimento regulado de fora, uma trajetória controlada por forças exteriores aos agentes: um exemplo emblemático é o campo de concentração. A *aglomeração* procede, ao contrário, de uma trajetória regulada de dentro: as populações escolhem espontaneamente agrupar-se. Assim, não nos concentramos nos Campos Elíseos, aglomeramo-nos ali. Afirmar que as populações se concentram implica que sua trajetória individual seria regulada de fora, o que é uma tomada de posição subjetiva.

d) “Contribuindo com a artificialização dos solos”.

A menos que imaginemos que a espécie humana viva em leveza, o crescimento de uma população, seja ela urbana ou não, engendra necessariamente uma ocupação intensa da superfície da terra. A única coisa que se pode afirmar é que o espraiamento do povoamento gera uma profusão de deslocamentos, especialmente para acessar empregos e serviços. A periurbanização leva, então, a um uso mais intenso das redes existentes: a criação a partir do nada de novos traçados de rodovias é muito rara na França.

Nomear para compreender

De um lado, temos então fatos empiricamente verificáveis, perceptíveis no mundo real, cartográfica e estatisticamente mensuráveis: um abandono relativo

das aglomerações. Do outro, temos um vocabulário que se declina num registro antropológico: *dispersión* e *dispersão urbana* em espanhol e em português; *étalement urbain* e *périurbanisation* em francês, *urban sprawl* em inglês, 城市蔓延 (*Chéngshì mànyán*: *propagação das cidades*) etc.

As diferentes análises estatísticas apresentadas precedentemente nos forçaram, de seu modo, a utilizar um vocabulário preciso adaptado à metodologia que permitia descrever cada fenômeno.

A “*dispersão urbana*” caracteriza o desdobramento contínuo de um tecido de construções a partir de uma aglomeração urbana.

Quando esse desdobramento é *descontínuo* no espaço, ele pode produzir dois tipos de situações diferentes:

- a) a “*emergência*” de novos aglomerados urbanos. À época da Antiga Babilônia, há 5.400 anos, o planeta contava talvez algumas dezenas de aglomerados de mais de 10 mil habitantes. Hoje, encontramos mais de 50 mil (i-geopolis.org, 2016). A noção de *emergência* de aglomerados urbanos deve estar incluída na *dispersão urbana*? A julgar pela literatura produzida sobre o tema, parece que ela não levanta os mesmos tipos de questões;
- b) uma “*dispersão*” espacial que não produz novos aglomerados.

Por sua vez, esse movimento centrífugo pode, contudo, recobrir duas características opostas no plano antropológico:

- a *dispersão* é um movimento regulado de fora. Ela traduz o fato de que as populações não controlaram sua mobilidade – falando trivialmente: elas foram expulsas do centro por forças econômicas ou políticas. É o caso, por exemplo, dos domicílios cuja renda insuficiente não possibilita manter-se numa aglomeração;
- a *evasão* é, ao contrário, um movimento regulado de dentro. É uma trajetória definida pelas populações à procura de um novo quadro de vida natural, rural ou comunitário, que abandonam certo modo de vida ligado à residência em aglomeração.

Mesmo que se origine da mesma geometria, essas duas categorias de *dispersão* são oriundas de condições políticas, econômicas, sociológicas radicalmente opostas. Sua classificação nas categorias “dispersão” ou “evasão” urbanas só pode ser obtida por meio de pesquisas realizadas com as populações concernidas. Misturá-las na mesma categoria estatística é justo do ponto de vista da geometria dos fluxos, mas é um erro epistemológico do ponto de vista das ciências humanas;

A *artificialização dos solos* exprime um resultado material que engloba todos os casos precedentes. Essa formulação esvazia as referências antropológicas em binômios rural/urbano e dispersão/evasão. Tudo que é artificial não é, de fato, necessariamente “urbano” de um ponto de vista antropológico. A construção de novos edifícios e vias caracteriza o desdobramento espacial tanto de uma cidade quanto de uma vila tal como a implantação de um estabelecimento humano isolado – fazenda, hangar, estacionamento etc.

O que o INSEE descreve na revista “INSEE Première” de 2006 compreende apenas duas das categorias precedentes: “artificialização dos solos” e “dispersão do povoamento”. Qualificar o fenômeno de *urbano* consiste a fechá-lo numa categoria ideológica que pressupõe um *continuum* histórico sem demonstrá-lo. Qualificá-la de “dispersão” é, do mesmo modo, um *a priori* antropológico que supõe a regulação dos fluxos desde fora e nos impede de pensar esse fenômeno de outro modo que não seja como sendo regulado de fora.

Do nosso ponto de vista, esse fechamento se tornou tão habitual que ele não é praticamente mais discutido, caindo completamente na armadilha da “política do oximoro”.

A DISPERSÃO DO POVOAMENTO É VERDADEIRAMENTE URBANA?

A redistribuição espacial da população observada na França não se resume somente à “dispersão urbana”, mas evoca, sob certos pontos, uma reflexão profunda sobre numerosos indicadores tradicionalmente vinculados à *urbanidade*. Tomando emprestada a classificação proposta por Jean-Paul Ferrier (1998), a partir

do esquema de Ferninand de Saussure, definiremos *urbanidade* como o significado do substantivo “urbano”. *Urbanização* seria, assim, o significante do (ou processo que conduz ao) urbano, e urbanidade a percepção desse objeto urbano.

Mesmo se, como vimos, o crescimento urbano foi muito forte na França até 1970, as estatísticas não pressupõem absolutamente uma percepção unânime e positiva desse movimento para o conjunto da população. Eles não possibilitam afirmar que o êxodo rural de milhões de franceses para uma grande aglomeração tenha sido uma trajetória regulada de dentro e, menos ainda, uma parte de prazer. As artes, a literatura e a vida política francesa testemunham essa diversidade de percepções.

Em 1929, o romance de Giono, *Regain*, admirava os valores do retorno à terra. A nostalgia de um mundo rural em abandono em proveito dos grandes conjuntos das periferias amplificou-se no curso dos Trinta Gloriosos⁵, logo, a noção de rural associa-se cada vez mais à natureza com o advento dos movimentos ecologistas dos anos 1970. Nesse contexto, não é surpreendente assistir, pouco a pouco, à reconquista de territórios considerados ingratos e repulsivos do ponto de vista da economia clássica: uma fraca qualidade agrícola e um relativo isolamento em relação aos centros urbanos.

Em 1995, Joseph Comby nota que o preço das encostas rochosas dos maciços mediterrâneos atingiam aqueles das férteis terras de trigo da Beauce. Os compradores não adquirem a terra nem como um bem de produção agrícola, nem como um terreno urbano para construção, mas como um bem de consumo [...]. Seu valor é apenas a medida do prazer que ele proporciona. [...] É o espaço que compramos para a proximidade com a praia, para usufruir da vista do mar [...]. Ele assemelha-se um pouco, no plano dos mecanismos econômicos, ao mercado

⁵ A canção “*Douce France*” [doce França], cantada por Charles Trénet (1947) valoriza as pradarias verdes e os rios enquanto as cidades são descritas na cultura popular francesa como lugares de trabalho, sujos e cinzas.

da arte. [...] O economista somente registra as probabilidades e observa os efeitos de moda” (COMBY, 1995, p. 3).

Nas aglomerações, a proximidade de um espaço verde ou a vista de um corpo d’água torna-se a primeira das amenidades. Isso leva a um ajuste profundo do valor fundiário descolado de qualquer finalidade produtiva. Desde então, constata-se que a valorização estética de posições geográficas não decorre da valorização econômica do espaço: ao contrário, ela a precede (RITCHOT, 1991, p. 25; HUBERT, 1993, p. 129).

Essas posições estéticas valorizam o isolamento e o recolhimento. Elas atraem particularmente os *aposentados*, cuja proporção cresce na população em envelhecimento da Europa, e, de modo mais geral, os inativos, ricos ou pobres. Assim, o departamento do Gard tem apresentado simultaneamente, desde 1990, a taxa de desemprego mais elevada e o saldo migratório mais positivo da França, o que sugere que a migração não se dá pela busca de trabalho. No mundo do trabalho, o desenvolvimento do teletrabalho tal como os dispositivos de redução e de reorganização do tempo laboral liberam, de igual modo, as escolhas residenciais de uma grande parte dos ativos.

Esse tipo de comportamento ofusca o fato de que certos migrantes não buscam apenas distanciar-se das aglomerações, mas, ao contrário, instalar-se o *mais longe possível*, visando frequentemente os confins do ecúmeno. É, portanto, abusivo vincular esses comportamentos ao *continuum* histórico das dinâmicas “urbanas”, segundo o qual o acesso residencial na aglomeração seria atemporal e universalmente o objetivo último da espécie humana.

Homo fruens

Seguindo a dispersão espacial do povoamento, a escolha do local de residência é seguida de um desejo de beneficiar-se da posição espacial. Esse horizonte assinala talvez o fim desse agente da civilização industrial descoberta no século

XIX e qualificada de *homo œconomicus*⁶ em proveito de uma espécie atualizada que poderíamos denominar: *homo fruens*, literalmente: “o homem que aprecia”.

O *homo œconomicus*, que encontramos nas sociedades “esclarecidas” pela Razão e pelo espírito positivista, caracteriza-se pelo desejo de maximizar sua utilidade e acumular seu capital. Quando ele escolhe seu lugar de residência, ele busca viver perto do lugar onde trabalha. Quando ele busca emprego, ele tem a tendência a escolher o que lhe traz maior renda.

O *homo fruens* tem perspectivas um pouco diferentes. Ele busca mergulhar não na *utilidade do trabalho*, mas na *satisfação merecida*. Se a noção de trabalho permanece aceitável para ele, é porque ela carrega a promessa de recolher frutos. Ao longo da fase ativa da sua vida, as condições dessa satisfação se realizam periodicamente durante suas folgas, depois pela compra de uma segunda residência fora do mundo aglomerado, para onde ele migrará quando atingir a idade da aposentadoria. Alcançando seus ideais culturais, podemos nomear esse arquétipo como a “residência edênica” e dar-lhe aqui uma descrição sumária.

Geografia do Éden

No Antigo Testamento, está dito: “No começo, [YHWH] criou o céu e a terra” e não “Deus criou o mundo”. Céu e Terra são apresentados como duas entidades separadas: um é o domínio de Deus, a outra o dos homens. De um ponto de vista teológico, judeus e muçulmanos não consideram de modo algum que o Paraíso possa estar situado na Terra. O mesmo ocorre com os cristãos até o século XI. O lugar mais desejável para o crente é residir perto de seu Criador, mas não em Sua casa. Essa cena possibilitou manter à distância o Aqui-Embaixo e o Lá-em-Cima, colocando a posição divina num lugar inacessível ao conhecimento humano.

A descrição desse lugar ideal combina calor, presença d’água na superfície e descontinuidade brutal com o exterior inabitável, materializado por um muro:

⁶ Joseph Persky, “Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus”, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 9, No. 2 (Spring, 1995), American Economic Association, p. 221-231.

“[YHWH] plantou um jardim no Éden, no oriente, e Ele pôs ali o homem que havia modelado” (Gênesis, 2.8). Está bem preciso que “um rio provinha do Éden para regar o jardim e de lá dividia-se em quatro ramos para regar o jardim” (Gênesis, 2.10).

No cristianismo, é apenas no século XI que o Jardim do Éden e o Paraíso⁷ foram assimilados ao preço de um espetacular reordenamento teológico (THOMAS, 2005). Desde então, o que fora anteriormente considerado como uma representação ilícita se torna, ao contrário, o único modo lícito de ser no mundo. Os grandes mestres da história do cristianismo romano – como Harold Berman (1983), Ernst Kantorowicz (1984) e Pierre Legendre (1992) – mostraram como esta nova atitude constituiu o “tíquete de entrada na modernidade”. O modelo do Jardim do Éden, teorizado por São Bernardo, desce desde então à Terra na arquitetura sagrada com o *hortus conclusus* do claustro, depois passa progressivamente ao mundo laico onde organiza o ideal estético.

Um lugar matricial

Além de um modelo arquitetural, o biótopo do *homo fruens* põe em cena o lugar de Origem instituído por uma tradição partilhada pelo conjunto do mundo cristão. Ele ressalta vários símbolos da matriz original:

- a) o poço d’água pura é o símbolo do líquido amniótico. A água ocupa o coração do dispositivo, em forma de piscina, de bacia ou de fonte. A piscina torna-se indispensável no imóvel de tipo pavilhão. Ela não é um lugar de atividade, mas de descontração, de repouso, de contemplação, de regeneração;
- b) a membrana protetora é materializada por um muro recoberto por uma cerca viva, símbolo do invólucro uterino. O interior secreto e privado da parcela evoca a abundância generalizada. As essências vegetais são cuidadosamente selecionadas e são ali exiladas;

⁷ Do persa: “circundado por muros”.

c) a agradável temperatura possibilita ao sujeito deambular despido, vestido somente de seu traje de banho, representado por uma folha de vinha nos quadros do Renascimento.

Esses três elementos fundam o tipo ideal de uma estética *edênica*, seguindo uma axiologia do retiro do mundo que mascara, na verdade, um desejo regressivo de retorno à Origem.

Um problema insolúvel

Para uma parte da população ativa das aglomerações francesas, as transumâncias estivais tornam possível superar anualmente a distância que separa o lugar de trabalho e o lugar edênico. A pendularidade possibilita, por sua vez, às classes médias ativas satisfazerem o desejo do Éden sem distanciar-se excessivamente dos grandes centros: o universo do pavilhão e seu terreno “piscinável” desenvolve-se no fronte das aglomerações e nos campos do entorno, participando da dispersão urbana e da periurbanização. Os trabalhadores ativos que têm a possibilidade de beneficiar-se do teletrabalho, os aposentados, os pensionistas, os rentistas e outros inativos têm, de sua parte, a possibilidade de visar ainda mais longe, contribuindo à reconquista dos campos. Quanto às elites mais afortunadas, elas não hesitam em oferecer-se uma propriedade num paraíso tropical: Grécia, Caribe etc.

Permanece um problema estrutural insolúvel: quanto mais um lugar é cobijado por suas qualidades edênicas, mais ele corre o risco de ser frequentado e, portanto, de perder automaticamente suas qualidades intrínsecas. Ao tornar-se atrativo, um lugar edênico perde inevitavelmente o que constituiria seu atrativo.

Ademais, tão logo instalados em seus paraísos, os pioneiros constantemente proíbem o acesso aos outros de todos os modos, começando pelas vias eleitorais. A ideologia do Éden prospera num reflexo arcaico que valoriza o viver entre pares matricial e conduz a uma reação política reacionária.

CONCLUSÃO

De um ponto de vista social, a dispersão da população, animada por um desejo regressivo de recolhimento referindo-se à cena do Jardim do Éden, é um modelo de desenvolvimento para populações ricas e idosas. Em sua maioria, estas últimas trabalharam duramente toda sua vida, de forma que a realização de seu desejo profundo, se esta é sua escolha, não deveria ser posta em questão por qualquer julgamento de valor. Esse ideal se torna, em revanche, mortífero para o conjunto da sociedade quando é massivamente adotado por populações jovens que não tiveram tempo nem de reproduzir-se, nem de trabalhar, logo, de enriquecer. Ele contribui igualmente com uma fragmentação da sociedade quando se torna o ideal das classes médias ativas.

Desde um ponto de vista geográfico, a dispersão da população e de sua estética edênica supõe uma reorganização radical do valor fundiário em todas as escalas. Regiões edênicas opõem-se a regiões industriais desvalorizadas, bairros verdes a bairros urbanizados, a visão intocável do parque à vista da rua. Esse reordenamento espacializado do desejo pode, certamente, contribuir para melhorar o quadro de vida urbano e para melhor proteger o meio ambiente, mas corremos o risco de ver a noção de bem-estar confiscada pela concepção antropológica arcaica e mítica de uma “natureza” matricial improdutiva. Uma civilização que sucumbe a esse mito corre o risco de esquecer-se da condição essencial do progresso: o valor da linguagem e do elo social.

A dispersão da população é certamente, em parte, o produto de uma *dispersão* urbana, resultado de uma trajetória regulada de fora e imposta aos domicílios de mais baixa renda: não se trata aqui de negar a importância quantitativa e qualitativa desses fluxos. Não obstante, ela realiza-se igualmente, noutra parte, como uma *evasão*, fruto de uma trajetória regulada de dentro e controlada pelos agentes. Se tal é o caso, este fato nos parece mais preocupante, pois ele confunde as mudanças de valores muito mais profundos e não simplesmente de um mero mecanismo econômico. Associar, com simplicidade, a dispersão do povoamento a

uma dispersão urbana conduz a obstruir essa dimensão das dinâmicas de povoamento: um questionamento profundo da *urbanidade*.

REFERÊNCIAS

BERMAN, Harold J. *Law and Revolution*. The formation of the Western Legal Tradition. Harvard: University Press, 1983, 657 p.

CHATEL, Cathy. Une mesure du déclin démographique des villes allemandes de 1820 à 2010. *Géocarrefour*, Lyon, vol. 86/2, p. 81-90, 2011.

COMBY, Joseph. Enjeux fonciers sur le littoral. In : *Cahiers du Conservatoire du Littoral*. Actes du colloque *Demain le rivage, un héritage à inventer*, Assemblée Nationale, novembre 1995, p. 1-5. Disponible à : <http://www.comby-foncier.com/enjeuxlittoral.pdf>. Consulté le 07/07/2000.

FERRIER, Jean Paul. *Le contrat géographique ou l'habitation durable des territoires*. Lausanne : Éditions Payot Collection « Sciences humaines », 1998, 256 p.

GAZEL, Hervé ; MORICONI-EBRARD, François. L'émergence de la métropole euro-méditerranéenne. *Cahiers de la métropolisation*, Forum Villes et Territoires Méditerranéen, Interreg IIC, n. 2, 2001, Marseille, 96 p.

GEOPOLIS. *Base de données mondiales*. www.i-geopolis.org.

HUBERT, *La discontinuité critique*. Essais sur les principes a priori de la géographie humaine. Paris, Les Publications de la Sorbonne, 1993, 221 p.

INSEE. *La croissance démographique s'étend toujours plus loin des villes*. Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques, Première n° 1058, 2006. Disp. à :

http://www.insee.fr/fr/mobile/etudes/document.asp?reg_id=0&ref_id=IP1058.

(lien permanent)

KANTOROWICZ, Ernst. *Mourir pour la patrie et autres textes* (textes présentés par Pierre Legendre). Paris : PUF, 1984, 140 p.

LEGENDRE, Pierre. *Les Enfants du Texte*. Etudes sur la fonction parentale des États (Leçons VI). Paris : Fayard, 1992, 468 p.

MEHEUX, Bertrand. *La politique de l'oxymore*. Paris : La Découverte Poche/Essais, coll. Repères, 2009, 160 p.

MORICONI-EBRARD, François. *L'urbanisation du Monde depuis 1950*. Paris : Economica-Anthropos, Collection Villes, 1993.

_____. *Géopolis pour comparer les villes du Monde*. Paris : Economica-Anthropos, Collection Villes, 1994.

_____. *De Babylone à Tokyo*. Paris : Ophrys, Collection Géophrys, 2001, 344 p.

PERSKY, Joseph. Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus. *The Journal of Economic Perspectives*, Pittsburgh, vol. 9, n. 2, pp. 221-231, American Economic Association, Spring 1995.

RITCHOT, Gilles. *Etudes de géographie structurale*. Québec : Cahiers du Centre de Recherches et en Aménagement et en Développement - Université Laval, Cahier Spécial, n°15, 1991, 219 p.

THOMAS, Yan. Les artifices de la vérité en droit commun médiéval. *L'homme*, Paris, n.174-176, pp.113-130, 2005.